



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Sintresc conclui com ganhos negociações com Cooperativas
Página 3



Trabalhadores da Casan aprovam contraproposta ao ACT 2025/2026
Página 3



ELETROBRAS

Três anos da privatização da Eletrobras: retrocessos para o povo e para o Brasil

PRIVATIZAÇÃO PROMETIA UMA SÉRIE DE BENEFÍCIOS QUE NÃO SE CONCRETIZARAM. POPULAÇÃO VEM AMARGURANDO SÓ PREJUÍZOS

Em junho de 2022, a Eletrobras foi privatizada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) em meio a um processo cheio de irregularidades. Estratégica para a soberania nacional, o governo de plantão entregou a empresa à iniciativa privada, colocando em risco a segurança energética do país e tirando do Estado o controle sobre as tarifas de energia, o que impacta diretamente o bolso do povo.

Três anos depois, os efeitos da privatização são evidentes. Para manter os lucros altos, a atual gestão tem reduzido manutenções, aumentando o risco de apagões em todo o território brasileiro. Ao mesmo tempo, corta drasticamente o quadro de trabalhadores, gerando ambientes de pressão, assédio moral e adoecimento.

A privatização da Eletrobras é um dos maiores crimes contra o patrimônio público brasileiro. Mesmo com o governo federal sendo o maior acionista, com cerca de 40% das ações, tem direito a apenas 10% dos votos nas decisões, uma regra imposta durante a privatização.

Diante dessa distorção, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT) buscou um acordo com a empresa para tentar manter algum grau de influência, o que, na prática, significou abrir mão da reestatização da Eletrobras neste momento.

O cenário no setor é grave. O Brasil precisa de um debate sério sobre o futuro da energia. É urgente recuperar a capacidade de planejamento de longo prazo e o investimento público no setor. Além disso, é fundamental reter empresas estratégicas, como a Eletrobras, e colocar sua atuação a serviço do povo, e não do lucro.

No site www.salveenergia.com.br você fica por dentro dos principais debates sobre o setor elétrico.

IMPACTOS INTERNOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETOBRAS NA CGT ELETROSUL

A privatização da Eletrobras acabou com os investimentos da empresa. Desde 2016, com a entrada de Michel Temer (MDB) na presidência do Brasil a partir do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), a empresa não investe mais em novas instalações e passou para o papel

de coadjuvante no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro no sul do Brasil.

Esse cenário é totalmente oposto aos anos que antecederam a privatização, quando a empresa crescia com força, garantindo direitos e respeito às pessoas que trabalhavam nela. De 2002 a 2015 a então Eletrosul cresceu sete vezes mantendo praticamente a mesma quantidade de pessoas empregadas.

Já no prelúdio da privatização, teve negado o aporte da Eletrobras para participação do Lote A, que dobraria a receita com incremento de 30% do tamanho da empresa. Já estava sendo puxado o tapete para que, posteriormente, fossem criadas as condições para a privatização, com o argumento de falta de capacidade de investimentos, entre outros.

Aliado a isso, ocorreu a reforma trabalhista, amplamente contrária aos interesses da classe trabalhadora, que abriu a possibilidade de se acordar abaixo do que estabelece a lei, para negociação direta com as pessoas hipersuficientes e com o enfraquecimento do movimento sindical com a possibilidade destas negociações diretas.

A privatização da Eletrobras tentada por Temer e concluída por Bolsonaro, aliada à reforma trabalhista realizada por Temer, levaram as pessoas que trabalham na CGT Eletrosul à **precarização de todas as condições de trabalho**, desde mudanças nas rotinas, ameaças de demissões, retaliações, redução de direitos no Acordo Coletivo de Trabalho, demissões e redução de salários.

A gestão financeirista da empresa, que visa somente atender o lucro dos acionistas a todo custo, que transformou a empresa, deixando de ser protagonista no setor elétrico brasileiro, continua tentando piorar a situação das pessoas que construíram esse patrimônio.

A falta de perspectiva de investimentos, aliada à destruição da estrutura da empresa, como referência do setor elétrico, faz com que as pessoas percam o interesse em fazer parte do seu corpo de força de trabalho. Nem as novas contratações se sentem contempladas com as promessas feitas, muitas vezes optando por outras oportunidades.

Para a CGT Eletrosul, a privatização da Eletrobras foi uma tragédia que parece não ter fim e está longe de chegar ao fundo do poço. (Des)Governos, como os de Temer e Bolsonaro, têm espelhado suas características no estado de Santa Catarina, na gestão Tarcísio Rosa, que parece estar fazendo força para deteriorar a imagem da Celesc, para posteriormente privatizar a empresa.

Contudo, o movimento sindical eletricitário do sul continua na luta para que a Celesc, como também a Cemig, em Minas Gerais, não sejam privatizadas e, portanto, esse modelo de precarização não ocorra mais no Brasil.

Continuamos lutando para que as pessoas possam continuar com seus direitos e os efeitos da privatização sejam minimizados. O movimento sindical está atento e firme, na busca de avanços para todas pessoas, tentando equiparar os salários, diminuir as diferenças e, assim, melhorar as condições de trabalho.

SALVE A ENERGIA
PELO FUTURO DO BRASIL

Mais um ano da privatização da Eletrobras e o resultado é:

retrocessos para o Brasil e para a população.

Celesquianos seguem sofrendo as consequências da mudança do sistema comercial

Falta de pessoal e do funcionamento pleno do sistema comercial ainda afetam a saúde e a rotina de trabalhadores e consumidores

Trabalhadores da Celesc em diversos setores e em diversas regiões do estado ainda são afetados pelos problemas advindos da mudança do sistema comercial na Celesc. Na loja de atendimento de Florianópolis, por exemplo, por alguns dias consumidores e trabalhadores tiveram um pouco de alívio no sofrimento diário: foi no período em que atendentes de outras regiões do estado vieram ajudar na loja da capital. **Os consumidores aguardavam menos tempo na fila e, com isso, as reclamações chegavam em menor quantidade e com menos ira.**

Passado esse período, com o retorno dos atendentes para suas Regionais de origem, e com as férias de atendentes da loja de Florianópolis (um direito muito merecido), o caos voltou a se instalar: loja lotada por diversos dias, clientes aguardando por até 3h por atendimento, reclamações, ofensas, indignação e os atendentes tendo que ouvir tudo isso sem, muitas vezes, conseguir resolver os problemas trazidos pela população. Antes que a Diretoria acuse o feriado prolongado, registramos que a fila e o caos já persistiam antes mesmo do feriado de Corpus Christi.

O Linha Viva esteve na loja de atendimento de Florianópolis nas últimas duas semanas, conversou com consumidores e com atendentes e a indignação de ambos os lados era geral: "não aguentamos mais. Algo precisa ser feito. Alguém na Diretoria da Celesc precisa encontrar uma solução. O Presidente prometeu que a situação se normalizaria meses atrás e não normalizou até hoje", afirmou um atendente.

A loja de atendimento de Florianópolis é apenas um retrato do que ocorre em outras lojas estado afora, especialmente de municípios maiores. A Celesc

vem contratando atendentes, após pressão dos sindicatos da Intercel e do Ministério Público do Trabalho, mas **deveria ter feito as contratações antes da mudança de sistemas.**

A maior prova que a indignação e a revolta dos consumidores diminui quando a fila é menor é o exemplo de Florianópolis: **com mais atendentes na capital por algumas semanas em maio, as reclamações tanto de trabalhadores quanto de consumidores diminuíram consideravelmente.**

A falta de pessoal também é sentida em diversos departamentos da Administração Central e nas Regionais. Celesquianos vêm procurando os sindicatos e se queixando de excesso de trabalho e da necessidade de mais pessoas nos setores para dividirem as tarefas.



Loja da Celesc em Florianópolis lotada na terça-feira, 24 de junho

Enquanto isso, a Intercel segue cobrando da Diretoria soluções imediatas ao sistema e a contratação de pessoal o mais breve possível. Além disso, prossegue atuando junto ao Ministério Público do Trabalho e atualizando o órgão através da denúncia feita em julho do ano passado.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os associados da sua base territorial para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30/07/2025 (segunda-feira), às 18h, em primeira convocação, com o número re-regular de presentes, e às 18h30min., em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes. A assembleia será realizada de forma on-line, pela plataforma zoom, acesso em <https://us02web.zoom.us/j/87320234476?pwd=UG4zbVRKcFBsT1gxYINcAk5PUFhuUT09> e terá como objetivo discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- 01 - Informes;
- 02 - Eleição de 01 delegado efetivo e 01 suplente para participação na Plenária Estadual da CUT, etapa preparatória à 17ª Plenária Nacional da CUT.

Florianópolis, 26 de junho de 2025.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Negociação da PLR 2025 tem início na Celesc

Conforme divulgado no Boletim da Intercel 253, no dia 12 de junho foi realizada a primeira reunião de negociação do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2025, entre sindicatos da Intercel e diretoria da Celesc. A reunião teve um clima tranquilo, especialmente após a empresa retirar da mesa proposta de divisão da categoria semelhante à rejeitada pelos trabalhadores em 2024. A próxima reunião está agendada para hoje, 26 de junho.



Sinergia participa do ato #GlauberFica em Florianópolis

Dirigentes do Sinergia participaram do ato #GlauberFica, em solidariedade ao deputado federal Glauber Braga (PSOL/RJ), em 13 de junho. Glauber se empenhou na defesa da manutenção da Eletrobras pública no Congresso Nacional e atua em diversas pautas de interesse da classe trabalhadora. O Coordenador Geral do Sinergia, Tiago Vergara, levou a solidariedade das pessoas eletricistas ao mandato de Glauber, que vem sendo ameaçado de cassação por denunciar uma série de irregularidades na Câmara: "defender o mandato de Glauber significa mais que defender uma pessoa ou um mandato. Significa defender a democracia", afirmou Tiago.



Sintresc conclui negociações com ganhos para trabalhadores de cooperativas



O Sintresc, sindicato que representa a categoria eletricista no sul do estado, informa que concluiu negociações com expressivos reajustes salariais para os Trabalhadores de Cooperativas. No Acordo Coletivo da **FECOERUSC Cooperativas**, o reajuste salarial foi de 6,5%, com aumento de 10% no vale alimentação; já na **Cooperaliança**, o reajuste salarial foi de 7,0% e reajuste de 10% no vale alimentação; na **Coopercocal**, o reajuste salarial foi de 6,6% e o do vale alimentação foi de 18%; das **PCHs**, o reajuste salarial foi de 7,32% e o do vale alimentação teve reajuste mínimo de 7,32%. Conforme nota divulgada pela diretoria do Sintresc, "os acordos refletem a solidez das negociações conduzidas pelo sindicato, com reajustes salariais acima da média setorial (IPCA acumulado 12 meses: 4,1%) e ganhos reais no vale alimentação - item crítico frente à inflação de alimentos (9,2% no último ano). O caso da Coopercocal destaca-se pelo reajuste de 18% no benefício alimentar, reforçando a proteção do poder de compra". Ainda de acordo com a direção do sindicato, as negociações vigoram a partir do mês de maio de 2025.

Trabalhadores aprovam contraproposta ao ACT 2025/2026

Sinergia participou de Assembleia e de ato em defesa da Casan pública na semana passada

Trabalhadoras e trabalhadores da Casan promoveram um ato na Assembleia Legislativa em defesa da empresa pública na quarta-feira, 18 de junho. Presente no ato, o deputado estadual Marcos José de Abreu, o Marquito (PSOL), demonstrou apoio à causa e disse ser necessária uma **luta pela moralização** e reconhecimento da Casan pela população: "esse desgaste não é culpa de vocês, mas das gestões que foram desmontando a empresa ao longo dos anos e hoje sobrecarregamos as costas de vocês. É tarefa nossa remoralizar a empresa e trabalhar isso com a população".

O assessor parlamentar Marcel Salomon, representando o deputado estadual Fabiano da Luz (PT) - que estava em missão da Alesc na China - também demonstrou apoio em defesa da Casan pública e das lutas da categoria.



Ato contínuo, trabalhadoras e trabalhadores de todo o estado presentes na Alesc apreciaram e aprovaram, por maioria, a contraproposta ao Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026. De acordo com dirigentes do Sintaema SC - sindicato que representa os casanianos -, a negociação desse ano foi extremamente difícil e a empresa fez diversos ataques aos direitos da categoria, especialmente ao plano de saúde.



O Linha Viva dessa semana traz uma série de editais de Assembleias para a categoria. Todos eles muito importantes. Leia atentamente cada um deles e participe. As **Assembleias Regionais** para construção da Pauta de Reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho na Celesc serão realizadas na próxima semana. Verifique junto ao seu sindicato o dia, horário e local da Assembleia mais próxima de você. Além disso, o Sinergia promove Assembleias na semana que vem para debater estratégias de venda do **terreno do sindicato no Campeche** (um patrimônio da categoria); **prestação de contas 2024** e revisão da previsão orçamentária, além de **eleição para Delegados para a Plenária Estadual da CUT**. Sua presença é fundamental nos debates!

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

As Diretorias do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e região - SINERGIA, com sede em Florianópolis, na Rua Lacerda Coutinho nº 149, Centro; do Sindicato dos Trabalhadores Eletricistas do Vale do Itajaí - SINTEVI, com sede em Blumenau, na Rua Bahia nº 2552, Bairro Salto; do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina - SINTRESC, com sede em Capivari de Baixo, na Av. Nereu Ramos nº 326, Centro; do Sindicato dos Eletricistas do Norte de Santa Catarina - SINDINORTE, com sede em Joinville, na Rua Max Colin nº 2368, Bairro Gloria; e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Lages - STIEEL, com sede em Lages, na Rua Ernesto Neves nº 18, Centro, na forma de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCAM os empregados da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. da base territorial dos respectivos Sindicatos, associados e não-associados, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se em suas respectivas bases, no dia 03 de julho de 2025, às 17:00min, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 17h30min, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes. Os trabalhadores discutirão e deliberarão sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 - Discutir e votar as Cláusulas da Pré-pauta de Reivindicações da Categoria Eletricista, a ser apresentada à CELESC, com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026; 2 - Deliberar sobre a outorga de poderes às Diretorias dos respectivos Sindicatos para procederem às negociações coletivas com a CELESC e, se necessário, procederem à defesa dos interesses da categoria, em juízo ou fora dele; 3 - Discutir e deliberar sobre os encaminhamentos pertinentes à campanha salarial da data-base; 4 - Discutir e deliberar sobre as formas de sustentação financeira da campanha salarial pela categoria eletricista; 5 - Outros.

Florianópolis, 25 de junho de 2025.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do SINERGIA

Lúcio André Sousa da Silva
Presidente do SINTEVI

Luciano Marcos Antunes Pinto
Coordenador do SINTRESC

Antônio Cesar de Sousa Correa
Presidente do STIEEL

Wanderlei Lenartowicz
Presidente do SINDINORTE-SC

Ailton Communello
Coordenador da INTERCEL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os associados da sua base territorial para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30/07/2025 (segunda-feira), às 18h30min, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 19h, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes. A assembleia será realizada de forma on-line, pela plataforma Zoom, acesso em <https://us02web.zoom.us/j/87320234476?pwd=UG4zbVRKcFBsT1gxYINcAk5PUFhuUT09> e terá como objetivo discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- 01 - Informes;
- 02 - Estratégias para a venda do terreno do Campeche - definição de valor para corretagem e valor de caução no caso de contrato de exclusividade.

Florianópolis, 26 de junho de 2025.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os associados da sua base territorial para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 04/07/2025, sexta-feira, às 17h30min., em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 18h00min., em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a realizar-se no auditório do SINERGIA sito à Rua Lacerda Coutinho, 149 - Centro - Florianópolis/SC, a fim de discutir e deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- 01 - Informes;
- 02 - Prestação de contas 2024;
- 03 - Revisão da Previsão Orçamentária - 2º SEMESTRE/2025.

Florianópolis, 26 de junho de 2025

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia

Orgulho é o antônimo de vergonha

Sábado (28) celebra-se o dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+ - a data que colore o mundo



Os motivos para que a comunidade LGBTQIAPN+ tenha orgulho só aumentam, assim como seus direitos - 14.144 pessoas do mesmo sexo se casaram no Brasil em 2024, um crescimento de 26% em comparação com 2023, quando 11.198 pessoas realizaram o matrimônio. Os dados são da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil). Em 2025, já são 5.879 registros matrimoniais, sendo 2.510 casamentos gays, e 3.369 lésbicas - um adendo é o de que em todos os registros desde 2013, quando se iniciou, **as mulheres se casam mais do que os homens.**

Esses números refletem não apenas aceitação social, mas também o fortalecimento do reconhecimento jurídico e político das famílias LGBTQIAPN+. A consolidação do direito ao casamento desde 2013 tem garantido:

- Reconhecimento legal da união;
- Direitos de herança, pensão e benefícios sociais;
- Maior visibilidade e incentivo para outros direitos (como adoção e registro civil).

O recorde também multiplicou a retificação de gênero em documentos pessoais, que cresceu 22,76% de 2023 (4.156) para 2024 (5.102). Ter um nome e gênero coerentes com a identidade da pessoa é um direito humano básico, isso impacta diretamente no reconhecimento legal da pessoa que, amparada pela lei, **evita constrangimentos e reduz a violência e discriminação.**

Outro motivo de orgulho foi o levantamento inédito feito pela Unesp e USP em 2018, que quantificou a existência de 5,76% de brasileiros assexuais e 1,18% não-binários. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) coletou, pela primeira vez em 2019, dados sobre a sexualidade homossexual e bissexual, tendo constado

que 1,1 milhão se relacionam com ambos os gêneros e 1,8 milhão com pessoas do mesmo sexo. Somente com a conquista do mapeamento de dados torna-se possível ações de governo, sindicatos e instituições desenvolvam ações direcionadas em saúde, educação, segurança, habitação e trabalho. Dentre as principais conquistas de direitos LGBTQIAPN+, destacam-se:

1985 - Homossexualidade deixa de ser considerada doença pelo Conselho Federal de Medicina (CFM)

1999 - O Conselho Federal de Psicologia proíbe profissionais de tratarem a homossexualidade como distúrbio (essa resolução criminaliza a existência de terapias de "cura gay", afirmando que orientação sexual não é patologia)

2004 - Conselho Nacional de Combate à Discriminação propõe políticas públicas para a população LGBT. O governo federal cria, pela primeira vez, um plano nacional voltado à cidadania LGBT

2008 - Realização da 1ª Conferência Nacional LGBT. Reuniu sociedade civil e governo para debater políticas inclusivas

2011 - STF reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo (a decisão garantiu os mesmos direitos da união estável heterossexual - como herança, pensão, etc)

2013 - Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é liberado em todo o Brasil pelo CNJ (cartórios são obrigados a realizar casamentos homoafetivos)

2018 - STF decide que pessoas trans podem alterar nome e gênero no registro civil sem cirurgia ou autorização judicial (uma conquista central para a autonomia e dignidade de pessoas trans e travestis)

2019 - STF equipara a LGBTfobia ao crime de racismo (Lei nº 7.716/1989) - Atos de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero passaram a ser punidos por lei

2021 - STF garante que pessoas LGBTQIA+ têm direito à doação de sangue sem restrições discriminatórias (derrubou a antiga regra que proibia homens gays e bissexuais de doarem sangue)

2023 - STF decide que a homotransfobia no ambiente de trabalho é crime (equipara a LGBTfobia no trabalho ao crime de racismo, inclusive em ambientes profissionais)

Essas conquistas não surgiram do 'nada': são fruto de muita mobilização social, pressão política e ação coletiva - que envolvem movimentos sociais, ativistas, juristas, parlamentares progressistas e entidades como os sindicatos.

Ainda há muito o que avançar: o Brasil continua sendo **um dos países mais violentos para a população LGBTQIAPN+, e políticas públicas estruturadas ainda são frágeis.** Fica o questionamento: "na sua época" não existia isso? Ou todas as letras que compõem o "abecedário" LGBTQIAPN+ estavam trancadas dentro do 'armário da vergonha' em que a sociedade patriarcal e heteronormativa impunha?

O orgulho é coletivo. E nosso compromisso com os direitos humanos é inegociável.

Informações pontuais: Agência Brasil e Jornal da Unesp. Imagem: Canva

Indígenas protestam contra marco temporal na capital

Manifestação teve início na entrada da Ponte Pedro Ivo Campos, em Coqueiros

Indígenas fizeram um protesto pacífico na manhã dessa segunda-feira, 23 de junho, em Florianópolis. O ato teve início em frente à sede da Guarda Municipal, na cabeceira continental da ponte Pedro Ivo Campos, e seguiu em marcha até o Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Lá, foram recebidos pelo presidente interino da Casa, deputado Padre Pedro Baldissera (PT). De acordo com a assessoria da Alesc, as cerca de 300 pessoas "protestavam contra projetos de lei apresentados no Congresso Nacional que tratam de territórios reivindicados por eles. Lideranças dos povos originários do estado entregaram uma carta com várias reivindicações".

Em todo o país, povos indígenas protestam nos últimos dias contra a Câmara de Conciliação sobre a Lei do Marco Temporal. Eles cobram a revogação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 717/2024, de autoria do senador Esperidião Amin (PP/SC), além da reafirmação da inconstitucionalidade da Lei 14.701/23, a Lei do Marco Temporal. O Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, que flexibiliza as regras para o licenciamento ambiental no país, o PL da Devastação, também foi alvo de protesto pelos indígenas.

"Somos contra propostas como o Decreto Legislativo, PDL 717/2024, porque ele vem contra a Constituição por querer derrubar territórios já homologados", protestou a cacica Eliara, do povo Guarani.

Em nota do Conselho Indigenista Missionário, a cacica Dan Akroá-Gamella, afirmou que "os ruralistas querem os nossos territórios para o lucro pessoal às custas da vida dos nossos povos e do meio ambiente. Na verdade, agora eles querem legalizar o que fazem há muito tempo. Essas leis anti-indígenas pretendem legalizar a grilagem, as invasões, a violência".

Foto: Bruno Collaço/Agência AL



No ato na Alesc, o deputado Padre Pedro argumentou que "eles são atingidos por essas mudanças, leis e até pela Constituição. E nessas mobilizações que eles realizam Brasil afora, manifestam a sua resistência no sentido de garantir os direitos que historicamente conquistaram".

O deputado Marquito também se manifestou: "está acontecendo no Brasil inteiro e recebemos eles aqui na Assembleia Legislativa apoiando as reivindicações, com documentos das entidades representativas e das lideranças. Agora vamos estudá-los e transformá-los em atos legislativos nossos".